

Ausências: uma análise do centenário da Guerra do Paraguai através das páginas do *Jornal do Brasil*

Absences: an analysis of the centenary of the Paraguayan War through the pages of *Jornal do Brasil*

Beatriz Barbosa Bender

Mestranda em História

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

beatriz.bender00@gmail.com

Recebido: 02/06/2022

Aprovado: 28/05/2023

Resumo: A Guerra do Paraguai se caracterizou por ser o maior conflito bélico da América Latina, a mesma ocorreu entre os anos de 1864 e 1870. No decorrer de suas décadas posteriores, inúmeras interpretações acerca do evento foram desenvolvidas por diferentes agentes sociais e, do mesmo modo, sua memória fora evocada de distintas maneiras ao longo dos anos. No presente trabalho há o intuito de introduzir a problemática da memória quanto aos cem anos do conflito destacado, para isso, fora analisada como fonte primária periódicos do *Jornal do Brasil*, importante corpo editorial carioca, e, através dele, foi destacado dois estudos de caso que corroboram para a problematização e reflexão sobre o tema. Em suma, ao examinar a repercussão da efeméride nas páginas do editorial referido foi constatado um importante movimento de silenciamento, no Rio de Janeiro, quanto aos festejos do centenário da guerra, fator que se atribui principalmente ao contexto político Brasileiro.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai, centenário, memória.

Abstract: The Paraguayan War was characterized by being the largest military conflict in Latin America, it occurred between the years 1864 and 1870. In the course of its later decades, numerous interpretations of the event were developed by different social agents and, likewise, its memory was evoked in different ways over the years. In the present work, there is the intention of introducing the problem of memory regarding the one hundred years of the highlighted conflict, for this, periodicals from *Jornal do Brasil*, an important editorial in Rio de Janeiro, were analyzed as a primary source, and, through it, two case studies were highlighted that corroborate for the problematization and reflection on the subject. In short, when examining the repercussions of the event in the pages of the aforementioned editorial, an important silencing movement was observed in Rio de Janeiro regarding the celebrations of the centenary of the war, a factor that is mainly attributed to the Brazilian political context.

Keywords: Paraguay War, centenary, memory.

Introdução

Cem anos após à tumultuada década de 1860, a qual foi palco da Guerra do Paraguai (1864 – 1870), há outra marcada por conflitos de ordem político-social. A década de 1960, no Brasil, foi marcada pelo acirramento da polarização e radicalização de agentes políticos e sociais, os quais se tensionaram até o momento em que “não se tratava mais de medir forças com o objetivo de executar, limitar ou impedir as mudanças, mas, sim, da tomada do poder e da imposição de projetos” (FERREIRA, 2003, p. 400) que culminou no golpe civil-militar de 1964.

Segundo Jorge Ferreira (2003), os *anos de ouro* de Juscelino Kubitschek (1956–1961) foi caracterizado por um longo tempo como o mandato de maior sucesso democrático dentre o panorama geral da jovem democracia brasileira (1946 – 1964), a qual presenciou eventos dramáticos como o suicídio de Getúlio Vargas, a renúncia de Jânio Quadros e a deposição de João Goulart, contudo, este período vêm recebendo novas interpretações com estudos que corroboram para a compreensão do significado e dos limites da democracia neste período, tais como Oliveira (2013), Feltrim (2012) e Biroli (2004). Posteriormente, estudos robustos e ainda cercados de fervorosos debates enfrentam a missão de compreender a cultura política e sua possível influência no período do pré-golpe de 1964. Nesse sentido, autores como Rodrigo Patto Sá Motta (2009, 2014) e Carlos Fico (2017) são exemplos de nomes que constroem este debate.

Motta se debruça sobre o potencial explicativo do conceito de cultura política para elucidar agentes e os rumos que as tensões políticas dos anos de 1960 tomaram. Para tal, o autor mescla as possibilidades de definições conceituais já apresentadas por outros autores de modo que o definiu como

conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2014, p. 114)

Entretanto, o autor também destaca que o campo da política não pertence às ciências exatas, de modo que compreender que o mesmo possui como protagonista indivíduos os quais exercem seu poder de escolha cotidianamente é essencial. Em suma, não se pode presumir uma impossibilidade de mudança, mas sim, perceber as influências impregnadas nas ações, permeadas por padrões políticos culturais já estruturados socialmente.

Os primeiros anos da década de 1960 são caracterizados por Jorge Ferreira (2003) como tendo diversos atores políticos e sociais os quais, devido às tentativas de implementação das reformas de base – medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, tais como reformas bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária e universitária – por João Goulart e Leonel Brizola, se tensionaram. Segundo o autor, no início do governo de Goulart os grupos de esquerda, essencialmente heterogêneos e nem sempre unidos, representaram uma coalizão pró-reforma. Alguns grupos que representavam esta colisão estão o PCB, as Ligas Camponesas, a União Nacional dos Estudantes, movimentos sindicais e setores subalternos militares. Em um outro espectro, haviam os setores conservadores que almejam a manutenção da ordem vigente, ou seja, pretendiam barrar as reformas de base. Estes eram compostos por grupos políticos, empresariais e militares que se articulavam através de instituições para conspirarem contra o governo de maneira organizada e com apoio financeiro internacional, dos Estados Unidos da América. Dentre as importantes organizações que geriram a propagação dos ideais que condenavam as reformas – principalmente a agrária –, defendiam o capital o estrangeiro e disseminavam o anticomunismo estavam o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Em suma, após a concretização do golpe civil-militar de 1964 o país entra no conhecido dia que durou 21 anos e o restante da década se estende em meio às atrocidades políticas e humanitárias, pautadas por militares e setores civis abastados. É neste contexto que ocorre o centenário da Guerra do Paraguai.

Densos estudos já foram produzidos acerca das relações – às vezes próximas, às vezes distantes – entre a memória e a história. Muitos estudiosos se debruçaram sobre essa temática desde as primeiras décadas do século XX, contudo, esta é uma das áreas de estudos históricos que tomaram fôlego através das novas perspectivas teóricas e metodológicas oriundas de correntes historiográficas francesas surgidas após a segunda metade do século referido, de modo que o interesse sobre os eventos e fatos históricos foi superado pelo interesse pelos processos históricos e seus agentes.

Alguns nomes precisam ser destacados quanto aos caminhos teóricos empregados neste trabalho, dentre eles se encontra primeiramente Halbwachs (1990), autor de origem durkheimiana o qual declara que as memórias de um indivíduo nunca são apenas suas, visto que as lembranças são construídas imersas em sociedades e por isso, impregnadas com seus conceitos, sendo assim, o

mesmo afasta a memória do fato em si e a apresenta como uma construção, não sendo mais reproduções da realidade, mas passíveis de serem reconstruídas, modificadas, ressignificadas e simuladas, em suma, fluidas. Esta primeira concepção de memória coletiva traz consigo grandes transformações e apresenta a gênese de um campo teórico vasto.

Pierre Nora (1993) por sua vez desenvolve uma análise na qual – devido as grandes transformações sociais que culminaram em uma *aceleração da história* – os eventos, cada vez mais rápidos, trazem consigo um esquecimento sintomático nestas sociedades, se afastando de memórias verdadeiras. A partir desta concepção inicial, o autor cria o conceito de *lugares de memória*, como destaca:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreia. São bastões sobre os quais ela se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los. (NORA, 1993, p. 13)

Em suma, Nora (1993) define memória como uma constante dialética entre o lembrar e o esquecer, a tornando, assim, viva. A memória, para o autor, é mutável e sofre suas transformações através do modo que diversos grupos a utilizam, sofrendo assim deformações sucessivas, sendo “vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.” (1993, p. 9)

Em contrapartida, Huyssen (2000) desenvolve uma densa crítica a epidemia do lembrar e ao medo do esquecimento apresentado por Nora, afirmando a necessidade de uma rememoração produtiva. Em suma, Huyssen relaciona os conceitos de memória social os inserindo em um contexto de globalização, cultura urbana e virtual, deste modo, percebendo os modos que os eventos traumáticos se relacionam em novas configurações sociais e culturais contemporâneas. Utilizando a memória de forma criativa, o autor complexifica os significados desta memória em diferentes espaços e tempos, bem como a influência que a globalização exerce nos mesmos.

A produção historiográfica a respeito das relações entre memória e história é vastíssima,

autores como Marc Bloch (1982; 1998; 2001), Michael Pollak (1989), Hernán Sorgentini (2003), Geroge Duby (2011), Peter Burke (2000) corroboram e dão profundidade às percepções mencionadas no parágrafo acima. Contudo, através dos estudiosos que nos dão subsídio teórico – Halbwachs, Nora e Huyssen – trataremos a memória como objeto e, ao assimilar que a memória como essencialmente coletiva e que para além de um produto é um fator maleável que sofre com pressões externas, buscamos analisar e interpretar os dizeres e os silêncios sobre os festejos e comemorações da Guerra do Paraguai através das páginas do *Jornal do Brasil*¹.

Alinhado às necessidades metodológicas que o estudo de periódicos trás consigo, Tania Regina de Luca (2005) foi utilizada para dar suporte ao trabalho. A autora destaca que a fonte impressa passou por um longo processo de crítica historiográfica até que a mesma fosse amplamente utilizada por historiadores. Luca destaca que o mesmo ocorreu devido a herança tradicional da história, para a qual, a fonte deveria ser neutra, verdadeira e objetiva, adjetivos que não se encaixam em nenhum periódico.

Sobre a imprensa, Tânia de Luca afirma que o autor José Honório Rodrigues em 1968 já destacava a necessidade de se perceber o periódico como uma fonte tendenciosa, de modo que não se pode apenas narrar os artigos dos periódicos como verdadeiros ou, em palavras mais alinhadas ao campo da História, isentos de intenções. Luca também considera que, atualmente, é necessário destacar que a imprensa não é apenas um veículo de informações de seu tempo, mas sim, um instrumento de manipulações de interesses e de propagação de culturas de massas, o que vai de encontro com as análises de Freire Filho (2005. apud. BARBOSA, 2016, p. 45) quando o mesmo expõe a necessidade de tomar algumas precauções ao utilizarmos a imprensa como fonte histórica, tais como identificar o grupo responsável pela linha editorial, quem são seus colaboradores, atentar-se à forma que se dá o título e corpo textual da matéria, compreender as intenções dos discursos e qual o público alvo do periódico.

Com isso, através das análises de Bruno Brasil (2015), é necessário afirmar que o *Jornal do Brasil* é um periódico carioca diário fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e

¹ Se faz necessário a menção de que a fonte escolhida para o desenvolvimento do presente estudo não tem o intuito de esgotar as perspectivas sobre o tema, mas corroborar com um fragmento de conhecimento para agregar em um grande mosaico de estudos históricos.

Joaquim Nabuco, tendo assim uma gênese monarquista. Já no ano de 1960 o Jornal defendeu a legalidade na sucessão do governo federal, após a renúncia de Jânio Quadros. Posteriormente, foi apoiador moderado de João Goulart até que rompeu com o governo devido ao fracasso do Plano Trienal e as inclinações de Goulart para à esquerda, o que culminou no apoio a uma intervenção militar. O golpe civil-militar de 1964 foi aceito pelo periódico e o mesmo apoiou o governo do ditador Castelo Branco, se pondo apenas contrário à Costa e Silva e, com isso, repudiando o Ato Institucional número 5 – principalmente devido à institucionalização da censura. Com Médici, o Jornal voltou seu apoio ao governo, mas ainda contendo algumas tímidas colunas, as quais criticavam a ditadura, mesmo em seu período de maior repressão. Durante o governo de Geisel o Jornal passou a defender a reabertura política e, após a retomada da democracia, o Jornal do Brasil se mostrou sempre à direita do espectro político, mantendo posições conservadoras e liberais quanto à economia, apoiando Fernando Collor e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso.

Tendo em vista o apoio do periódico à Ditadura Militar, acreditamos que o mesmo enalteceria e promoveria toda e qualquer celebração relativa ao centenário da Guerra do Paraguai organizado pelo governo. Portanto, as poucas menções sobre a efeméride exposta abaixo problematiza as relações entre a memória e a história do conflito, uma vez que ambas constituíram – e se constituem – em um evento cuja narrativa histórica continua em disputa.

Memória através das páginas do Jornal do Brasil

Ao pesquisar as palavras-chaves “centenário Guerra do Paraguai” na Hemeroteca Digital Nacional Brasileira, tendo o recorte temporal que compreende toda a década de 1960 e o ano de 1970 e um recorte espacial que se restringiu ao Estado do Rio de Janeiro, foram encontradas um total de 72 ocorrências nos 84 periódicos disponíveis no acervo. Pode-se enfatizar por este simples dado quantitativo a pouca repercussão acerca da efeméride. Ao nos referirmos apenas ao Jornal do Brasil, foco da pesquisa em questão, há um total de 11 ocorrências em suas páginas ao longo de toda década de 1960 e nenhuma no ano de 1970 (centenário do término da Guerra).

A primeira menção ao centenário nas páginas do Jornal do Brasil se dá no dia 02 de outubro de 1964, ocupando um modesto espaço na coluna reservada para avisos referentes a eventos culturais

e acadêmicos. A notícia se refere ao fato de que a Biblioteca do Exército, devido ao fato do início do centenário da Guerra do Paraguai, preparou dois mil exemplares da coleção de cinco volumes da obra *A História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. A matéria a classifica como “obra fundamental para a compreensão do episódio e representa segura fonte de pesquisa” (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 3). Esta fonte traz à luz duas questões revelam a timidez das comemorações do centenário através do periódico aqui analisado: a pouca relevância das notícias dispostas em páginas de pouca expressão e a iniciativa de memória partindo dos setores militares, não tendo, através da fonte analisada, grande expressão na sociedade civil.

Já no dia 29 de outubro de 1964 o Jornal do Brasil destaca, agora com maior ênfase, o recado do General Costa e Silva – este sendo um dos futuros ditadores do Brasil que tomou posse em 1967 – o qual pede que haja uma “meditação mais profunda, devendo ser reverenciada, em comunhão nacional, a capacidade profissional dos quadros da época” (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 3). Em seguida, o general ainda declara já estar em circular ao poder dos comandantes e diretores de departamentos do Exército o seu pedido para que se saliente “o que o conflito representa para os países envolvidos” (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 3). Através de suas declarações, há uma pequena evidência de que as altas patentes militares ao mesmo tempo que reconheciam os feitos militares durante a Guerra, pediam para que se refletisse sobre os significados do conflito, não apenas para o Brasil, mas para os demais países envolvidos, inclusive o Paraguai.

No dia 11 de novembro de 1964 o Jornal faz uma matéria explicativa de como ocorrerá os festejos nacionais do centenário, afirmando que os mesmos deverão acontecer nas datas simbólicas ao longo dos anos de 1964 a 1970, sendo presididas pelas Forças Armadas, destacando que a Marinha apenas se juntará aos festejos no 11 de julho de 1965, data da Batalha de Riachuelo² e que, no ano de 1964 já estão marcadas a Semana dos Heróis da Colônia de Dourados e do Forte de Coimbra, comemorados a partir do dia 27 de dezembro. Apesar da informação descrita acima, poucos eventos foram noticiados ao longo dos anos seguintes, através das limitações da fonte analisada a proposta ficou somente no papel.

No dia 13 de novembro de 1964, o mesmo Jornal afirma com destaque a manchete “Guerra

² A Batalha do Riachuelo se caracteriza como uma das mais importantes batalhas navais da Guerra do Paraguai, tendo acontecido em 1865.

do Paraguai começa a fazer 100 anos e não há ainda solenidade marcada” (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 8), a matéria expõe que não há nenhuma programação para a celebração do ocorrido, contudo, as autoridades militares podem realizar programas a parte para que seja comemorado o centenário da guerra, ou seja, sem a participação da sociedade civil. Logo abaixo, há o destaque que em Belo Horizonte houve celebrações compostas por unidades da Polícia Militar e pelo Exército, também tendo participação de escolas militares. O festejo em questão se refere a uma palestra ministrada por Augusto de Lima Júnior devido ao fato de que o mesmo “foi um dos primeiros soldados de Minas, tendo sido praça em 1908, no primeiro Regimento de Infantaria do Exército” (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 8). Novamente trazendo notícias de Minas Gerais, mas agora do dia 14 de novembro de 1965 o Jornal do Brasil destaca que na cidade de Diamantina será inaugurado em um festejo o busto do General Couto Magalhães, tido como herói da Guerra. Dois dias de evento foram programados pela prefeitura de Diamantina e importantes nomes da política do Estado foram convidados. Referente ao General Magalhães o jornal afirma que é considerado um dos grandes heróis da Guerra do Paraguai, na qual lutou como Comandante da expedição que expulsou de Mato Grosso as tropas de Solano Lopez” (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 31). Percebe-se neste momento a ausência de solenidades no Rio de Janeiro, contudo, pelo o que as fontes demonstram, o Estado de Minas Gerais deu mais atenção ao centenário quando em comparação ao primeiro.

De fato, como fora anunciado no dia 11 de novembro de 1964, no dia 31 de dezembro do mesmo ano fora noticiado a comemoração do Centenário da resistência da Colônia de Dourados e do Forte de Coimbra, desta vez, 7 parágrafos narraram o evento dando destaque a três fatos: o lançamento do livro Invasão de Mato Grosso – 1º Centenário da Guerra do Paraguai, produzido pela editora do Exército; o atraso do evento e o embaraço da mesa, composta por generais e autoridades ao ficarem meia hora sentados ao palco até que o problema fosse resolvido; e, por fim, a panfletagem após o evento, no qual o impresso continha “a frase histórica do Tenente Antônio João, dita em Dourados: ‘Sei que morro, mas meu sangue e o de meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha pátria’” (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 8).

A próxima ocorrência que se refere a Guerra do Paraguai data de 23 de maio de 1965 quando uma manchete de destaque afirma “Voluntário da Pátria morre aos 125 anos quando era festejada vitória de Tuiuti” (JORNAL DO BRASIL, 1965, p.1 4), a notícia afirma que este fora o último dos

heróis que participou da Guerra e que o mesmo

só levou para a sepultura as glórias de muitas vitórias e o respeito de um sepultamento com honras militares, mas sem poder gastar o primeiro soldo recebido com aumento no mês passado, sem levar o uniforme azul-vermelho, que ficou para o arquivo da PM, sem deixar um filho, que ele quis em dois casamentos, e sem receber as homenagens de herói centenário da guerra do Paraguai. (JORNAL DO BRASIL, 1965, p. 14).

Após esta declaração o jornal descreve com detalhes os ocorridos da vida do voluntário chamado Melquíades Santos Indio Coutinho. É bastante evidente a crítica referente a falta de prestígio que o voluntário em questão passou o resto de seus dias e, claro, a falta de homenagens que o mesmo poderia ter recebido, em vida, quanto a sua condição de herói centenário.

Por fim, a última ocorrência encontrada no Jornal do Brasil data de 18 de março de 1966 e declara, em um pequeno parágrafo, que a Biblioteca do Exército “no intuito de colaborar com os comandantes de unidades, com vistas para as comemorações do 1º centenário da Guerra do Paraguai” (JORNAL DO BRASIL, 1966, p. 2) providencia um levantamento das datas que deviam ser comemoradas e rememoradas. Após esta pequena declaração, nenhuma outra ocorrência foi encontrada, nem mesmo no ano de 1970, quando o general Emílio G. Médici estava à frente do governo e a propaganda nacionalista da Ditadura era forte.

Através dos estudos de Ana Paula Squinelo e Jérri Roberto Marin (2015) acerca dos 150 anos da Guerra, se torna evidente que não há memória espontânea quanto ao mesmo. De fato, não fora noticiado nenhum festejo de ordem popular referente à memória do conflito, nem mesmo intelectuais promoveram grandes eventos ou debates. Portanto, ao debruçarmo-nos sobre os festejos e atos militares noticiados na imprensa se torna evidente o almejo de silenciamento quanto a temática e, com isso, evoca-se o conceito de História social do lembrar de Peter Burke (2000), pois foi através da compreensão de que “a memória social, como a individual, é seletiva, precisamos identificar os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, e como mudam com o passar do tempo” (BURKE, 2000, p. 73) que foi possível a compreensão de que para além de uma análise totalizante e generalizadora das memórias e dos esquecimentos, é necessário o esclarecimento de que estas ações variam ao longo do tempo e dos grupos sociais envolvidos, premissa que também se apresenta quando Squinelo e Marin afirmam que

As comemorações são eventos de grande potencial simbólico quando o Estado, as instituições e a sociedade civil repensam o passado e o presente e elaboram projetos para o futuro. [...] Ou seja, os festejos cívicos têm pretensões comemorativas e pedagógicas, pois constroem subjetividades. (SQUINELO; MARIN, 2015, p. 384).

Neste sentido, levando em conta a pouca expressão das efemérides do conflito e o potencial simbólico da Guerra, a qual poderia ter sido lembrada como um grande feito militar em um contexto em que os mesmos governavam o país, podendo-se então promover campanhas pedagógicas pró-militares, o esquecer se torna um fator instigante. Qual seria o motivo deste suposto silêncio?

A principal hipótese levantada se alicerça na importância e valorização das relações internacionais empregadas entre o Brasil e os demais países da América do Sul – neste caso, salienta-se o Paraguai – desde a ascensão ao governo federal de Juscelino Kubitschek. Em 1958 foi lançada a Operação Pan Americana (OPA), cujo objetivo central seria combater o subdesenvolvimento dos países latino-americanos com apoio dos Estados Unidos da América. A retórica empregada se sustenta na tese de que o subdesenvolvimento seria um facilitador para o fortalecimento do socialismo e do comunismo na América, deste modo “era necessário, assim como foi feito na Europa, um investimento maciço de capitais para a superação do subdesenvolvimento” (GALERANI, 2010, p. 108). Após a Revolução Cubana, a OPA ganhou destaque, pois fortaleceu seu argumento que, de fato, o subdesenvolvimento poderia culminar em revoluções socialistas. Deste modo, alguns resultados econômicos almejados por Juscelino surgiram do comprometimento dos Estados Unidos da América com a Operação, principalmente após a eleição de John Kennedy. Para além disso:

Ainda no referente à cooperação econômica cabe menção, pelas expectativas que gerou, a assinatura em 28 de fevereiro de 1960 do Tratado de Montevideu, que criou a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), pelo Brasil, Argentina, México, Paraguai, Peru e Uruguai. O objetivo era estabilizar e ampliar as trocas comerciais, desenvolver novas atividades, aumentar a produção e substituir importações de países não membros (BUENO, 2012, p. 56).

Neste contexto em que as relações internacionais eram um fator primordial para que Kubitschek tivesse êxito em seu plano de desenvolvimento interno pautado pelo nacional-desenvolvimentismo (MOREIRA, 2003), era de suma importância uma relação, no mínimo, estável com os demais países latino-americanos. Em março de 1961, o governo Kennedy lançou o programa *Aliança para o Progresso*, no qual os Estados Unidos apoiariam financeiramente a América

Latina, buscando contribuir com o seu desenvolvimento econômico e social e, assim, deter o avanço do comunismo. Ou seja, tratava-se de um período de colaboração entre os governos dos países latino-americanos com os estadunidenses, que se tornariam ainda mais próximos com os sucessivos golpes civil-militares que marcariam a década de 1960 na região.

Com o intuito não de elucidar o que este contexto nacional significou para parcelas da sociedade civil, mas também de levantar novos questionamentos sobre a temática em questão, foi selecionado dois casos em que a memória da Guerra do Paraguai fora palco central de desdobramentos políticos na década de 1960, como será exposto a seguir.

A censura do samba-enredo e a camisola de Solano Lopez

O estudo da história do samba e do carnaval como forma de compreender aspectos socioculturais e políticos do Brasil Republicano já está mais do que consolidado na historiografia. Além disso, os sambas-enredo das escolas do Rio de Janeiro também já foram alvo de pesquisas acadêmicas e continuam atraindo estudiosos de diferentes áreas, tais como Angeli (2021), Soihet (2007) e Siqueira (2012). Pode-se ser percebido, ainda hoje, que os desfiles de escolas de samba representam uma evocação do passado, quando momentos latentes da história, reunindo diferentes versões, são representados pelas escolas através de seus sambas-enredos, fantasias, carros alegóricos e demais ornamentos. Após a apresentação da Estação Primeira de Mangueira em 2019 com o samba-enredo intitulado *História pra ninar gente grande* se tornou ainda mais evidente a apropriação do carnaval – escolas de samba – da vertente historiográfica da história social, finalmente se conectando com populações não pertencentes a academia, a qual fica evidente nos versos

Brasil, meu nego Deixa eu te contar
A história que a história não conta O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra

[...] Quem foi de aço nos anos de chumbo Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês

O samba-enredo apresentado acima representou uma possibilidade explicativa que viabilizou uma percepção crítica da história, evocando este mesmo passado e reconhecendo-o como efetivamente seu, ou seja, pertencente às camadas populares do Rio de Janeiro, ao mesmo momento

que conectou o passado com o presente nos versos que mesclam figuras como Dandara, Isabel e Marielle.

Em 1960 outra escola de samba carioca evocou fatos históricos para embasar seu desfile. Neste momento, não se alicerçando na história social e sem desenvolver nenhuma crítica à história oficial vigente, ainda assim, a Império Serrano teve o seu samba-enredo censurado. O Jornal do Brasil no dia 18 de fevereiro de 1960 apresenta os sambas-enredos das escolas do ano. O samba da escola Império Serrano nomeia-se Retirada da Laguna. No dia seguinte, 19 de fevereiro, a manchete da capa do Jornal do Brasil é a notícia de que “Goulart aceita Vice impondo condições a catete” e, logo abaixo, há o título “Enrêdo do Império ‘Ameça’ a OPA” (JORNAL DO BRASIL, 1960, p.1). Na página 5 do segundo caderno da mesma edição, então, exclusiva para assuntos culturais e eventos da cidade, apresenta a repercussão internacional do samba-enredo com a manchete “Diretor de Turismo pede a Império Serrano para mudar enredo que ofende Paraguai” (JORNAL DO BRASIL, 1960, p.5). No desenrolar da matéria há a explicação de que

O Sr. Mário Saladini, Diretor do Departamento de Turismo, sugere à Escola de Samba Império Serrano que faça algumas modificações no seu enredo para o carnaval de 1960, porque – segundo ele – o Império poderá prejudicar o Brasil na atual conjuntura política da América do Sul (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 5).

A notícia segue no próximo parágrafo afirmando que Saladini pede para que seja removido tudo o que possa ser hostil ao Paraguai, devido ao fato – segundo a fonte – de que o Brasil está em disputa política com a Argentina como representante sul americano. Para além, o diretor do Departamento de Turismo afirma que irá levar o Embaixador paraguaio em um ensaio da Império Serrano para que o mesmo perceba que o desfile também será em apoio ao Paraguai, ou seja, em sentido inverso ao produzido originalmente pela escola de samba.

Na mesma matéria, o jornal apresenta a perspectiva da escola, a qual afirma que não é possível fazer mudanças no enredo, tão em cima da hora, contudo, relata estar temerosa de que pontos sejam descontados da Escola caso não acatem ao pedido de Saladini. Outras escolas de samba, não denominadas, afirmaram que protestarão contra a intromissão na liberdade de sua co-irmã. O caso começa a tomar maiores proporções nas páginas do jornal.

Dois dias após, em 21 de fevereiro de 1960, o Jornal do Brasil dá destaque à manchete “Império cantará o samba ‘Tirano’ e não falará em López” (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 3),

afirmando que a escola cedeu às pressões paraguaias e substituiu a versão original de sua proposta. Nesta matéria fica explícito que “O Embaixador do Paraguai fez o protesto e o Itamarati aceitou-o, para não desgostar o atual ditador daquele país, General Stroessner, e não comprometer o sucesso da OPA” (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 3). A Império Serrano, mesmo alterando seu samba, afirma que o mesmo não continha nada que qualquer livro de história do Brasil não afirmasse, de modo que “até os adjetivos usados para Solano Lopez são os que habitualmente se permitem usar os autores de livros didáticos” (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 3). O Musicólogo Mozar Araújo – que não tinha nenhuma relação com a escola de samba – afirmou que não seria problema reduzir os 35 versos para os 18 aceitáveis à percepção do Itamarati. Como repercussão, o presidente da escola de samba Acadêmicos do Salgueiro dá entrevista sobre o caso ao Jornal do Brasil e afirma que a ação do governo é triste e vergonhosa, destacando que “é melhor rasgar de uma vez a História do Brasil, já que não se pode mais cantar samba as nossas glórias do passado” (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 3). A mesma notícia salienta que o escritor Miércio Tati foi designado pelo Departamento de Turismo para solucionar o problema junto ao Império e que, de fato o fez, após o diretor da escola requisitar um documento que afirme que a mudança no samba-enredo não prejudique – ainda mais – a contagem de pontos da escola.

É provável que nos bastidores da prefeitura do Rio de Janeiro, das diretorias das escolas de samba e do Itamarati, as discussões tenham sido muito tensas, pois o jornal continuou a noticiar a questão, mostrando que os desfiles de Carnaval podiam sim tornar-se em episódios políticos importantes. No dia 25 de fevereiro de 1960 foi-se disposta mais de meia página para tratar da polêmica acerca da censura ao samba-enredo. Há uma grande manchete ocupando toda a parte superior da página afirmando que “Se Império Serrano fracassar Saladini será responsável” (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 3). A primeira parte da matéria, e com menos evidência, há a descrição de que o Império havia trocado cargos de renome dentro da escola com o intuito de, enfim, levarem o título de campeã após quatro anos afastados do mesmo e que a preparação realizada ao longo de todo o ano fora atrapalhada pela intervenção do governo. Com maior destaque na página devido ao tamanho e fonte diferenciados, o Jornal do Brasil traz novamente um panorama geral do ocorrido com tom de indignação ao afirmar que

Tratando da Guerra do Paraguai, o Império deveria apresentar a versão comum dos livros didáticos oficiais de História do Brasil, segundo a qual o ditador do Paraguai,

Solano López, homem ambicioso e irresponsável, ameaçou a soberania do Brasil, da Argentina e do Uruguai, que formaram a Tríplice Aliança para combatê-lo. Depois da intervenção do Sr. Mário Saladini – que os sambistas consideraram absurda, mas preferiram calar, para evitar maiores prejuízos – o Império vai dizer que Solano López foi um herói, um notável Chefe de Estado e colocá-lo, em mérito, ao lado do nosso D. Pedro II (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 3).

Logo após o Jornal do Brasil faz críticas mais contundentes ao expressar que, para não ter problemas com o Departamento de Turismo e com o Itamarati, o Império Serrano fará homenagens ao então atual ditador do Paraguai, Stroessner. Exaltação a qual, segundo o jornal, poderia desenvolver antipatia geral do público e da comissão julgadora, dado o fato de que o ditador não tinha popularidade “em nenhum setor da vida política e social brasileira”. Ainda com destaque, o Jornal do Brasil afirma que o discurso de Saladini se alicerçou no patriotismo para que explicasse à escola a necessidade de não prejudicar o país frente a Operação Pan Americana, no mesmo sentido o diretor do departamento almeja descrição sobre o fato quando, ainda requisitando comportamentos nacionalistas, pede ao jornal que nada publique sobre o ocorrido.

Também em 25 de fevereiro há outro título que, mesmo modesto, chama atenção do leitor, “Intervenção no Império foi a 1^o”. Neste espaço o jornal aborda que até mesmo o título do samba teve de ser alterado – novamente, para agradar o Departamento, se chamando agora de Confraternização Brasil-Paraguai – e os carros alegóricos reformados, os quais sofreram alteração em seu “sentido primitivo”. Logo abaixo há a descrição de cada carro e algumas afirmações devem ser ressaltadas como

1^o carro: Exaltação à figura de Francisco Solano López, que embora sacrificando o sangue do povo paraguaio, em 1865, merece ser lembrado pelos seus méritos de bravura e tenacidade; [...] Um medalhão encerrará o desfile com homenagens ao Ditador Stroessner, acompanhado do Presidente Juscelino Kubitschek e das bandeiras da Argentina e do Paraguai (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 3).

No dia seguinte, 26 de fevereiro de 1960, novamente com relativo destaque, está disposta a informação de que, novamente, a Império Serrano mudou seu enredo, desta vez se chamando de Confraternização Latino-Americana, “o compositor Mano Décio da Viola compôs, às pressas, dois sambas que ‘não ferem os objetivos da OPA’: ‘Medalhas e Brazões’, principal, e ‘Brasil gigante’, de apresentação” (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 5). O samba de apresentação expressa o orgulho pela atuação militar do Brasil na Guerra do Paraguai ao citar seus principais agentes de renome, tal como Caxias e as batalhas mais conhecidas, como Riachuelo. Já no samba de apresentação foi

priorizado uma narrativa que coloca o Brasil como um grande país pacifista e diplomata, como sendo o “gigante da América Latina” (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 5).

O grande dia chega, o Império Serrano é a sétima escola a desfilar no dia 28 de fevereiro. No dia 03 de março, o Jornal do Brasil dá um panorama geral de cada uma das grandes escolas, quanto ao Império, ressalta novamente a intervenção do Departamento de Turismo, mas afirma que, mesmo assim, a escola foi “o maior sucesso”, principalmente devido a sua elegante comissão de frente (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 12).

É no dia 04 de março de 1960, quando o Jornal do Brasil expõe a manchete “Portela vencedora (provisória) do carnaval” que há outra, com grande destaque no periódico, que afirma “Império Serrano abre fogo contra Itamarati, Saladini e Embaixador do Paraguai” (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 7). A Escola após ser classificada em 5º lugar acusa “como únicos responsáveis pelo seu fracasso o Embaixador do Paraguai, Sr. Luis Martines, o Diretor do Departamento de Turismo, Sr. Mário Saladini, e o Ministro Pio Correia” (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 7). O Jornal do Brasil anuncia que o Império Serrano afirmou que seu diretor iria encaminhar, no mesmo dia, seu pedido de desligamento da entidade devido ao ocorrido. Para além, “os imperiais pretendem agitar a questão, pois acham que têm um grande argumento no depoimento do General Edmundo Macedo Soares que, ao saber da alteração no enredo, declarou que ‘a História do Brasil não mente e por isso não pode ser modificada’” (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 7). Em entrevista, o Chefe de Relações Públicas da Império Serrano – Aldemário Ezequiel dos Santos – afirmou que “o enredo sobre a Guerra do Brasil com o Paraguai era um perfil exato do Ditador Solano López e a exaltação perfeita dos feitos das tropas brasileiras”, de modo que “gastamos mais de Cr\$ 200 mil na confecção do carro e das fantasias, pois queríamos fazer uma surpresa ao povo carioca, mas um jornal revelou os nossos planos, o que levou o Ministro Pio Correia a entrar em entendimentos com o Sr. Mário Saladini, em nome do Itamarati, para nos forçar uma modificação à última hora. O próprio Embaixador do Paraguai nos procurou em Madureira e nos elogiou, por termos atendido ao pedido de sua Embaixada, através do Ministro Pio Correia” (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 7).

No mesmo sentido, mas agora no dia 05 de março, o Jornal do Brasil, reserva o assunto em questão em duas páginas, a primeira, disposta na página 3 em nota modesta, mas não menos afiada, afirma que a diplomacia brasileira precisa agir com cautela neste momento devido às “consequências

funestas” ocasionadas pela censura ao Império Serrano. “Agora, apesar de todos os esforços, os imperiais sambistas não só ameaçam romper as relações com o Departamento de Turismo da Prefeitura e com o nosso Ministério do Exterior, como, também, estão criticando o Embaixador do Paraguai no Brasil, Sr. Luís Martínez” (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 3). Esta nota afirma que a censura ocorreu de maneira arbitrária pois,

o Sr. Pio Correia, preocupado com as abjeções que as autoridades paraguaias – na sua opinião – poderiam fazer ao Sr. Horácio Lafer, Ministro do Exterior do Brasil, que se preparava para visitar aquele país, por causa do enredo da escola de samba, fez uma intervenção em termos pouco diplomáticos. O Sr. Mário Saladini, Diretor do Departamento de Turismo da Prefeitura, seguindo a orientação do Sr. Correia, determinou que o Império Serrano não criticasse Solano López e fez a censura do enredo (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 7).

A segunda menção do dia 05 de março refere-se ao conjunto de notas conectadas à manchete “Escolas de samba anulam o resultado oficial do desfile”. Para além da polêmica intervenção do Departamento de Turismo no desfile do Império, outras polêmicas acerca da contagem de pontos foram levantadas pelas demais escolas de samba, devido a este contexto, a proposta de anular os resultados e dividir o prêmio de Cr\$280 mil entre as cinco melhores do ano fora aceito por unanimidade. Este fato corroborou para o esfriamento dos ânimos da Império, de modo que não fora mais noticiada nenhuma referência à intervenção pelo Jornal do Brasil (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 9).

Esse episódio envolvendo a censura do samba-enredo demonstra como a história da Guerra ainda era algo delicado nas relações internacionais de ambos os países. Nesse sentido, é interessante pensar como passado e presente afetavam um ao outro. Se pensarmos que o brasão da bandeira da Império Serrano é solitariamente constituído pela Coroa Imperial e que a escola já havia sido campeão do carnaval do Rio, em 1955, homenageando o Duque de Caxias, a preocupação com as versões desse passado se torna ainda mais evidente. Do lado paraguaio, a ideia de homenagear tanto Solano quanto Stroessner, também possibilita pensarmos a maneira que a história é utilizada por diferentes setores das sociedades, adquirindo usos e interesses múltiplos, tornando assim a disputa pela memória da Guerra ainda mais importante.

De modo a corroborar com o que está sendo almejado demonstrar, partiremos para outro foco, este não tendo mais conexão com o carnaval, mas sim, com uma polêmica bastante específica,

também noticiada pelo Jornal do Brasil, que se refere ao debate quanto a devolução ou não de um “troféu” de guerra muito peculiar.

No dia 25 de maio de 1964, com o país já envolto na ditadura civil-militar, o Jornal do Brasil noticia com modéstia, mas na capa da edição, a manchete “Camisola de López pedida ao Brasil” (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 1). Na página treze da mesma edição onde as questões são mais desenvolvidas pelos redatores, o jornal afirma que o Paraguai tem especial interesse na devolução da camisola de López pois consideram este um artefato “humilhante” para que seja exposto junto a outros troféus. O porta voz desta revelação foi o Deputado Segismundo de Andrade “na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, durante a discussão do projeto que restituiu ao Governo e ao povo do Paraguai os objetos, bélicos ou não, que encontrem nos museus brasileiros como troféus da guerra” (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 13).

No próximo dia, 26 de maio, há uma cobertura de expressão acerca do tema. Agora a manchete é “Diretor do Museu afirma que camisola de López tem de ficar no Brasil” (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 8). Josué Montello, o então diretor do Museu Histórico Nacional dá sua declaração afirmando sua posição contrária à devolução da camisola e de outros três troféus da Guerra do Paraguai dispostos no Museu Histórico Nacional. Para Montelo “ao se desfazer deles, o Brasil estará desrespeitando 100 mil pessoas que perderam a vida nas batalhas contra o ditador paraguaio” (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 8). O Jornal do Brasil afirma que o debate acerca das devoluções teve seu ápice em 1945 quando o primeiro projeto para a efetivação da entrega dos troféus ocorreu. Contudo, devido a intensa polêmica o assunto foi adiado e novamente redescoberto pelo Deputado Cunha Bueno que o apresentou novamente à Câmara. Neste contexto, o Embaixador do Paraguai no Brasil destaca que não partiu do seu governo a campanha para a devolução, entretanto, acha pertinente que se concretize a ideia pois, além de convergir com o início das comemorações do centenário da Guerra no Paraguai, representa um ato diplomático, tal como se evidencia na passagem seguinte:

Consideramos um verdadeiro ato de pan-americanismo a devolução dos troféus, que, além da camisola, constam de duas bandeiras e uma espada. Solano López é um líder militar reverenciado por nós com o mesmo amor que os brasileiros reverenciam o General Osório (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 8).

No dia 27 de maio a repercussão do caso continua, ainda com grande destaque na página e,

desta vez, buscando a opinião de historiadores da época sobre o assunto. Na reportagem, o historiador mineiro Augusto de Lima Júnior se põe incisivamente contra a devolução de qualquer troféu de guerra, afirmando que

os troféus relembram o sangue dos nossos soldados, e não podemos, de maneira alguma aviltar com gestos teatrais, sem nenhuma sinceridade, aqueles que morreram no campo de batalha, e que conquistaram, por sua bravura, as recordações imorredouras dos sacrifícios que fizeram. [...] Lutamos contra um tirano, não contra a nação paraguaia (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 9).

Nesta mesma reportagem, o Jornal do Brasil destaca que a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) se manifestou contra a devolução dos troféus por considerarem-nos como um “estímulo a novas proezas” (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 9). Este é o único relato que parte de alguma organização da sociedade civil, contudo, deve-se salientar que a TFP se caracteriza por sua forte influência e relações com grupos políticos e grandes empresários. No final do mesmo mês, 31 de maio, uma página inteira se refere a polêmica da devolução dos troféus, com ênfase na camisola de Lopez. Neste momento, o Jornal referencia o volume IV dos Documentos de Guerra publicado em 1871 para afirmar que nenhuma camisola fora retirada de Lopez após a sua morte,

ao ser morto, dentro do Rio Aquidabaniqui, López estava de chapéu, com calça azul de galão de ouro, camisa branca de sêda, colête e sem dólma: calçava botas Millie (obviamente, devia estar de ceroulas). Só. Nada de roupão, camisola ou robe de chambre (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 12).

Interessante perceber o empenho dos jornalistas em pesquisar fontes históricas para interferir na questão diplomática, pública e compartilhada com os leitores do periódico. O Jornal também afirma que, quanto ao roupão que se encontra no Museu Histórico Nacional, foi, na verdade, uma doação de uma das filhas do Barão de Cotegipe, que, por sua vez, o recebeu do Visconde de Rio Branco, que estava em posse pois o recebeu de presente do General Vedia. Somado a isso, o Jornal destaca que além de não ser uma camisola – e sim um robe de chambre – não há meios de se confirmar se ele realmente algum dia pertenceu a Solano Lopez e que, mesmo se fora de sua propriedade, com certeza não estava usando-o quando foi morto. De modo a desclassificar a relevância deste debate, o Jornal afirma que “troféus de guerra” nada mais são do que símbolos de vitória, descaracterizando o chambre – ou camisola – como um artefato de real valor pois “funcionam apenas como peças para museus, quando muito” (JORNAL DO BRASIL, 1964, p.12).

No dia 04 de junho de 1964, a manchete é clara: “Camisola de Solano fica com Brasil”. Há uma breve declaração do Sr. Romildo Colunga, conselheiro da Embaixada do Paraguai no Brasil, o qual afirma que o governo Paraguaio e sua representação diplomática não tinham nenhuma ligação com o projeto que tramitava na câmara e salienta “Isso é assunto dos Brasileiros” (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 1).

Ainda no dia 04 de junho, há um denso espaço reservado para o relato do então Diretor do Museu Histórico Nacional, Josué Montello. No relato, Montello afirma que “quase cem anos da Guerra do Paraguai, tenho fundadas razões para me considerar vítima de Solano López” (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 6), com essa introdução dramática e cômica o Diretor segue uma narrativa explicando que a camisola na verdade é um robe de chambre de ouro que, segundo fontes não mencionadas, havia sido encomendada por Solano Lopez da Europa. Contudo, antes da entrega da peça Solano perdeu a guerra e a mesma acabou chegando às vitrines do Museu,

posto aí, em sossego, com a etiqueta respectiva, o robe de chambre de Solano López não fazia mal a ninguém, quando um deputado se lembrou de apresentar um projeto de lei determinando a devolução gentil dos troféus da Guerra do Paraguai. E eis que o robe é aí arrolado, como esta modificação importante: convertido em camisola (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 6).

Josué ainda declara que, após a polêmica ser redescoberta o mesmo não teve mais sossego e passou o dia inteiro recebendo ligações de repórteres querendo informações, fotos e sua opinião sobre a camisola e “depois de um dia assim, a noite não poderia deixar de me trazer em sonhos o diabo da camisola” (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 6). Passado o primeiro dia, Montello afirma que os telefones cessaram, contudo, em todos os jornais haviam certas notas sobre o ocorrido que por vezes o criticavam por não concordar com a devolução de tal artefato ou, em contrapartida, por não ter sido suficientemente energético em sua defesa. Posteriormente, o Diretor afirma que continua “a ser malhado, agora pela imprensa dos Estados. [...] E dizer-se que estou apanhando em público por causa de um robe que o ditador não vestiu nem viu!” (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 6).

A última menção ao caso na década de 1960 se deu no dia 07 de junho de 1964, no qual há dois parágrafos de esclarecimento pedido pelo Deputado Raimundo Padilha, o qual afirma que a decisão da Câmara pela não devolução dos troféus de guerra não menciona e não possui autoridade

para fazer qualquer decisão quanto ao robe de chambre, pois, o mesmo fora uma doação pessoal (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 4). Com isso, a densa polêmica travada acerca da camisola que se transformou em chambre de Solano fora sanada.

Considerações finais

Os dois casos polêmicos na imprensa do Rio de Janeiro aqui apresentados servem como um meio de percepção acerca do anseio de setores da política nacional em não gerarem conflitos ou mesmo indisposição com o país vizinho. Como mais um, dentre muitos possíveis exemplos, pode-se referenciar novamente o Jornal do Brasil que, em 27 de março de 1965, ao cobrir a inauguração da ponte da amizade – que liga o Brasil com o Paraguai – o senador Bezerra Neto frisa que “o fato ocorre precisamente no centenário da Guerra do Paraguai, ‘conflito este que foi um episódio isolado na tradicional amizade entre os dois povos’” (JORNAL DO BRASIL, 1965, p. 7).

Para que se possa compreender tais posicionamentos, é necessário abordar que anteriormente a tomada do poder paraguaio por Alfredo Stroessner em 1954 o país se encontrava em uma posição de extrema dependência econômica com a Argentina, posições que progressivamente mudaram ao longo de sua hegemonia (YEGROS; BREZZO, 2013, p. 159). A partir do ano de 1955 Raúl Sapena Pastor, embaixador Paraguaio no Brasil, tinha ordens do ditador que negociasse uma série de projetos de infraestrutura que conectasse os dois países, de modo que houvesse uma aproximação geoeconômica entre os mesmos, finalidade a qual, devido a ascensão de Juscelino Kubitschek foi extremamente facilitada por também ser de interesse do governo brasileiro. Foi nesta conjuntura que Kubitschek e Stroessner inauguraram o início da construção da Ponte da Amizade em 1961 – que teria conclusão em 1965, como disposto no parágrafo anterior.

Entretanto, segundo Yegros e Brezzo (2013) ainda no início da década de 1960 as relações entre estes dois países se tornaram pouco amigáveis devido à controvérsia quanto a propriedade territorial do Salto das Sete Quedas, local propício para a construção de hidrelétricas. O desentendimento tem início devido ao fato de que

A Comissão Mista Paraguaio-Brasileira Demarcadora de Limites, no curso de suas tarefas de caracterização da linha fronteira, verificou que, antes de alcançar o rio Paraná, a cordilheira de Mbaracayú se bifurca em dois ramais; um para o norte, que

terminava nas proximidades da primeira queda do Salto do Guairá; e outro para o sul, que chegava até a quinta queda. Os demarcadores paraguaios, baseados na evidência topográfica, sustentaram que a demarcação devia seguir o ramal norte, por coincidir com os altos cumes do Mbaracayú. Os brasileiros, invocando os trabalhos demarcatórios de 1872-1874, argumentaram que o limite era o ramal sul (YEGROS; BREZZO, 2013, p. 162).

Longos debates regidos pelos responsáveis governamentais de ambos os países se desenrolaram pelo menos até 1967, ano no qual, após concessões de ambos os lados, houve a criação da Comissão Mista Técnica Paraguaio-Brasileira, a qual ficou responsável por estudar as possibilidades de aproveitamento energético, por ambos os países, do trecho partilhado.

Ao comparar esta assertiva de Ricardo Yegros e Liliana Brezzo fica evidente que, com a proximidade dos governos de Stroessner e Juscelino realizadas a partir de 1954, somando-se ao fato a iniciativa da Operação Pan Americana pelo último, não era de interesse Brasileiro criar animosidades com o Paraguai em 1960, ano no qual houve a censura do samba da Império Serrano. Já em 1964, além do momento delicado da política externa descrita pelos autores citados acima, há o agravante de que ambos os países estavam sendo governados por ditadores, nesta conjuntura, não tinham interesse direto de se enfrentarem como opositores.

Por conta de todas essas questões expostas e das fontes analisadas, acreditamos que a realização de festejos sobre o centenário da Guerra foi desencorajada pelas autoridades políticas brasileiras, sempre preocupadas em não desagradar o Paraguai. Lembrar da Guerra e propor manifestações e debates públicos podia abrir espaço para que os revisionismos de O'Leary, Pomer e Chiavenatto. Se o simples samba-enredo de uma escola carioca ou a camisola de Lopéz já ofereceu espaços para reflexões sobre o passado e o presente, não seria desejável, para ambas as ditaduras militares, terem seus arquivos revirados e a memória das suas Forças Armadas colocadas em cheque pela população. Assim sendo, o ato de “esquecer”, mesmo que circunstancialmente, também pode ter fins políticos no presente. A colaboração entre ambas as ditaduras parecia ser algo bastante desejável nesse momento e, como se sabe, na década de 1970, com a Operação Condor, essa relação continuaria forte.

Referências bibliográficas

Fontes

- Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00233, 02 de outubro de 1964, cad. B, p. 3.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00256, 29 de outubro de 1964, 1º cad., p. 3.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00266, 11 de novembro de 1964, 1º cad., p. 13.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00268, 13 de novembro de 1964, 1º cad., p. 8.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00267, 14 de novembro de 1964, 1º cad., p. 31.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00308, 31 de dezembro de 1964, 1º cad., p. 8.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1965/Edição 00119, 23 de maio de 1965, 1º cad., p. 14.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1966/Edição 00063, 18 de março de 1966, classificados, p. 2.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00041, 18 de fevereiro de 1960, 2º cad., p. 3.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00042, 19 de fevereiro de 1960, 1º cad., p. 1.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00042, 19 de fevereiro de 1960, 2º cad., p. 5.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00044, 21 de fevereiro de 1960, 2º cad., p. 3.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00047, 25 de fevereiro de 1960, 2º cad., p. 3.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00048, 26 de fevereiro de 1960, 2º cad., p. 5.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00051, 03 de março de 1960, 1º cad., p. 12.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00052, 04 de março de 1960, 1º cad., p. 7.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00053, 05 de março de 1960, 1º cad., p. 3.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00053, 05 de março de 1960, 1º cad., p. 9.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00121, 25 de maio de 1964, 1º cad., p. 1.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00121, 25 de maio de 1964, 1º cad., p. 13.
- Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00122, 26 de maio de 1964, 1º cad., p. 8.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00123, 27 de maio de 1964, 1º cad., p. 9.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00127, 31 de maio de 1964, cad. B, p. 12.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00130, 04 de junho de 1964, 1º cad., p. 1.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00130, 04 de junho de 1964, 1º cad., p. 6.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00133, 07 de junho de 1964, 1º cad., p. 4.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1965/Edição 00121, 27 de março de 1965, 1º cad., p. 7.

Referências

ANGELI, Douglas Souza. “A volta do filho prodigo”: getulismo, trabalhismo e cultura popular nos desfiles das escolas de samba do rio de janeiro em 1951. **Sillogés**, Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 328-355, jun. 2021.

BIROLI, Flavia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-60). **Revista Brasileira de História**, Anpuh, USP, São Paulo-SP, v. 24, n.47, p. 213-240, 2004.

BUENO, Clodoaldo. O Brasil e o Integracionismo: do abc de rio branco à operação pan-americana. In: WEHLING, Arno; PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). **América do Sul e a integração regional**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. p. 19-42.

BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Tradução: Alda Porto.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BLOCH, Marc. “Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente”. In BLOCH, Marc. **História e Historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch**. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

BRASIL, Bruno. **Jornal do Brasil**. 2015. Artigo informativo disposto no acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>. Consultado no dia 09.12.2022.

DUBY, Georges. Memórias sem Historiador. In: DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens: Do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Tradução: Jônatas Batista Neto.

FELTRIM, Luciana da Conceição. **As formas institucionais da violência: controle, vigilância, cerceamento e repressão política no Estado de São Paulo de 1954 a 1960**. 2012. 294 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

FERREIRA, Jorge. O governo de Goulart e golpe civil-militar de 1964: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática 1945/1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 345-404.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05- 74, jan./abr., 2017.

GALERANI, Kleber Antonio. Política Externa do governo Juscelino Kubitschek: a Operação Pan-Americana. **Revista Interação**, v. 1, p. 51-70, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990. Tradução de Laurent Léon Schaffter.

HALBWACHS, Maurice. **Les Cadres Sociaux de la Mémoire**. Paris: Albin Michel, 1994.

HUYSSSEN, Andreas. “Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público”. In BRAGANÇA, Aníbal e MOREIRA, Sônia (org.). **Comunicação, Acontecimento e Memória**. São Paulo: Intercom, 2005.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p.111-153.

MELO, Demian Bezerra de. A miséria da historiografia. **Outubro Revista**, São Paulo, n.14, p.111-130, 2006.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In. MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática 1945/1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 157-194.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. MOTTA, R. S. P. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: **Culturas políticas na História**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo P.S. (Orgs.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. ProjetoHistória, São Paulo, p. 7-28, dez. 1993. Semestral. Tradução: Yara Aun Khory.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. **A configuração do sistema nacional de repressão no governo JK (1956 a 1961)**. 2013. 344 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de

São Paulo, São Paulo, 2013.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**. Vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989, p. 3-15.

SIQUEIRA, Magno Bissoli. **Samba e identidade nacional: das origens à Era Vargas**. São Paulo: UNESP, 2012.

SOIHET, Rachel. Lutando pela inclusão: sociabilidade e cidadania através do carnaval (de 1890 aos tempos de Vargas). **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**, v. 4, n. 1, p. 79-98, 2007.

SORGENTINI, Hernán. “Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia”. **Revista Brasileira de História**. Vol. 23, ano 45, São Paulo, Julho de 2003.

SQUINELO, Ana Paula; MARIN, Jérri Roberto. 150 anos da Guerra do Paraguai: projetos, comemorações e apropriações em torno da retirada da laguna. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 15, n. 2, p. 383-397, dez. 2015.

YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M.. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.